

Dan-Hebert Engenharia S/A
CNPJ/MF Nº 36.772.051/0001-89

Brasília – DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Finalmente a Administração da **DAN-HEBERT ENGENHARIA S/A**, agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados em nossos serviços e operações, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos em suas funções, que levaram a empresa a esse resultado.

Brasília, 31 de Dezembro de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em Reais) - (Em Reais)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em Reais)			
ATIVO	Nota explicativa			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		2012	2011	Nota explicativa	2012	2011	
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.639.729	4.443.070	Empréstimos e financiamentos	13	15.712.857	
Contas a receber	6	48.475.533	50.759.721	Fornecedores		6.423.929	
Estoques	9	30.515	30.515	Adiantamentos de clientes	16	10.427.123	
Impostos a recuperar	7	1.608.526	1.623.083	Obrigações tributárias	15	1.924.694	
Adiantamentos a fornecedores		420.475	410.926	Obrigações sociais trabalhistas	14	8.026.026	
Outros créditos		165.733	45.824	Contas a pagar		694.634	
Despesa antecipada		2.983	4.513.089			40.697.223	
		59.343.494	61.826.229			56.845.059	
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo	10	78.525	62.166	Débito com pessoas coligadas	19	217.044	
Depósitos judiciais	17	1.003.237	922.138	Empréstimos e financiamentos		312.962	
Depósitos com partes relacionadas	19	176.829	6.395.761	Débito previdenciário		694.329	
Investimentos	11	22.264.936	23.536.806			1.224.336	
Imobilizado líquido	12	3.702.560	3.952.126			988.659	
Intangível		6.650	6.650				
		27.232.737	34.875.647				
Total do ativo		86.576.231	96.701.875	Total do passivo e do patrimônio líquido		86.576.231	
						96.701.875	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em Reais)			
	Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	AFAC	Total patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		
					2012	2011	
Saldos em 31/12/10	16.576.083	1.481.036	24.833.746	800.000	43.690.865		
Prejuízo do exercício	-	-	(3.485.191)	-	(3.485.191)		
Lucro distribuído	-	-	(4.531.018)	-	(4.531.018)		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	3.193.501	3.193.501		
Aumento de capital	3.993.501	-	-	(3.993.501)	-		
Saldo em 31/12/11	20.569.584	1.481.036	16.817.537	-	38.868.157		
Lucro distribuído	-	-	(500.000)	-	(500.000)		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	12.000.000	12.000.000		
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(602.097)	-	(602.097)		
Aumento de capital	12.000.000	-	-	(12.000.000)	-		
Prejuízo do exercício	-	-	(5.111.388)	-	(5.111.388)		
Saldo em 31/12/12	32.569.584	1.481.036	10.604.052	-	44.654.672		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em Reais)				RISCO DE LIQUIDEZ			
	2012	2011		RISCO DE LIQUIDEZ			
				2012	2011		
Prejuízo líquido antes das provisões tributárias	(5.111.388)	(3.485.192)					
Itens que não afetam o caixa operacional							
Depreciação e amortização	202.841	629.142					
Reversão de despesas de Depreciação	-	1.705.258					
Resultado na alienação de bens	-	(192.911)					
Juros e variação monetária sobre empréstimo e financiamento	-	354.959					
Equivalência Patrimonial	1.232.012	(383.379)					
Perda decorrente da baixa de ativo imobilizado	-	3.505.437					
	1.434.853	5.618.506					
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo							
(Aumento) / Diminuição no contas a receber	2.284.188	-9.586.174					
(Aumento) / Diminuição estoques	-	2.703.462					
(Aumento) / Diminuição nos impostos a recuperar	14.557	503.550					
(Aumento) / Diminuição nos demais ativos circulantes	(129.458)	611.759					
(Aumento) / Diminuição despesas antecipadas	4.510.106	-494.571					
(Aumento) / Diminuição no realizável a longo prazo	6.121.473	-6.395.761					
Aumento / (Diminuição) em fornecedores	(2.512.040)	738.988					
Aumento (Diminuição) obrigações e encargos trabalhistas	3.837.152	4.263.502					
Aumento (Diminuição) obrigações tributárias	(6.583.704)	1.605.682					
Aumento (Diminuição) outras obrigações	173.286	102.365					
Aumento (Diminuição) adiantamentos recebidos	(5.708.402)	5.822.968					
Aumento (Diminuição) débitos previdenciários	404.818	-81.720					
Aumento (Diminuição) obrigações com coligadas	175.725	-6.972					
	(1.088.833)	1.920.392					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos							
Aquisições/baixa de investimento	39.857	(3.380.738)					
Aquisição imobilizado	(472.607)	(17.267.601)					
Baixa de bens do ativo imobilizado	519.349	23.883.038					
Distribuição de Lucro	(500.000)	(4.531.018)					
Aumento de capital	-	3.193.502					
	(413.401)	1.897.183					
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos							
Pagamento (Aquisição) de empréstimos	5.698.894	(4.215.468)					
	5.698.894	(4.215.468)					
Redução líquido de caixa	4.196.660	(397.893)					
Caixa no início do período	4.443.070	4.840.963					
Caixa no final do período	8.639.729	4.443.070					
	4.196.660	(397.893)					

h) Imobilizado
i. Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.
Os gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.
O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.
Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.
ii. Custos subsequentes
O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
iii. Depreciação
A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil-estimada de cada bem. A vida útil-estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.
Terrenos não são depreciados.
As taxas médias ponderadas utilizadas para o período corrente com base em laudo de especialista contratado pela Companhia foram as seguintes:

	2012	2011
Edificações e instalações	4%	4%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	20%	20%
Equipamentos de comunicação	10%	10%
Ferramentas	20%	20%
Equip. de informática	20%	20%
Softwares	20%	20%

j) Redução ao valor recuperável (impairment)
De acordo com o CPC 01 - Redução do valor recuperável dos ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação. São revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Todos os itens do ativo imobilizado que apresentarem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

k) Instrumentos financeiros
i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.
Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
ii. Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.
O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativo não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.
k) Passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.
l) Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente ao valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
m) Provisões
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
n) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado.
o) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da legislação fiscal vigente.
O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, para a parcela que exceda à R\$ 240.000,00 é calculado um adicional de 10%, a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada mediante a aplicação da alíquota nominal de 9%, que conjuntamente, podem totalizar até 34%. O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição sobre o lucro são registrados pelo regime de competência e estão apresentados no balanço patrimonial líquido dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.
p) Provisão para passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são os seguintes: os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente e divulgados levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, entre outras análises da Administração, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança.

4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GESTÃO DE RISCO
A Companhia poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- risco de liquidez;
 - risco de crédito;
 - risco de taxa de juros;
- Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 se aproximam dos valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2012, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.
Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da IGPM, TJLP e CDI para empréstimos, financiamentos e contas garantidas.

	Nota	2012		2011	
(=) Receita líquida de vendas	20	188.521.540	160.767.027		
(-) Custo dos serviços prestados	21	(179.188.057)	(147.702.560)		
(=) Lucro bruto		9.333.483	13.064.467		
(+/-) Despesas / receitas operacionais Gerais e administrativas	23	(10.891.567)	(14.519.498)		
Despesas tributárias		(499.417)	(633.084)		
Equivalência Patrimonial		(1.232.012)	383.379		
Outras receitas (despesas) operacionais	22	1.810.677	3.070.966		
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, liquidações		(1.478.835)	1.366.230		
Resultado Financeiro líquido	24	(3.632.553)	(3.889.405)		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(5.111.388)	(2.523.175)		
(-) Imposto de Renda		-	(696.323)		
(-) Contribuição Social		-	(265.693)		
Prejuízo do exercício		(5.111.388)	(3.485.191)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2012	2011	
Prejuízo do exercício	(5.111.388)	(3.485.191)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	(5.111.388)	(3.485.191)	
Total do resultado abrangente atribuído a:			
Acionistas da Companhia	(5.111.388)	(3.485.191)	
	(5.111.388)	(3.485.191)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2012	2011
Caixa	48.267	9.387
Fundo Fixo de caixa	-	111.430
Bancos conta movimento	2.443.053	1.004.466
Aplicações financeiras (*)	6.148.409	3.317.787
Total	8.639.729	4.443.070

(*) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de renda fixa e fundo de investimentos financeiros remuneradas a taxas que variam entre 90% e 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 – CONTAS A RECEBER

	2012	2011
Clientes por serviços (a)	42.067.635	43.090.942
(-) Provisão para perdas	(92.769)	(92.769)
Retenções Técnicas (b)	6.500.667	7.761.548
Total	48.475.533	50.759.721

(a) O saldo de clientes a receber referem-se a serviços executados e faturados, registrados a valores históricos. Os valores consignados como contas a receber, são considerados pela administração como conservadores quanto à expectativa de recebimento;
(b) O saldo de retenções técnicas referem-se a parcelas da prestação de serviços que são retidas pelos clientes e serão realizados no fim de cada obra, conforme contrato de prestação de serviço.

7 – TRIBUTOS A RECUPERAR
Os impostos e contribuições a recuperar decorrem das operações financeiras realizadas pela Companhia e são realizáveis no curso normal das operações. A expectativa de realização dos créditos classificados no ativo circulante em 31 de dezembro está apresentada como segue:

	2012	2011
Retenção para INSS	301.886	

Dan-Hebert Engenharia S/A

CNPJ/MF Nº 36.772.051/0001-89
Brasília – DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

12 - IMOBILIZADO

O Imobilizado está assim distribuído:

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	
				2012	2011
Veículos	20%	1.627.531	(1.150.736)	476.795	698.387
Equipamentos de informática	20%	711.250	(397.018)	314.232	635.170
Móveis e utensílios	10%	1.010.897	(333.121)	677.776	343.762
Instalações	10%	465.545	(102.342)	363.203	419.207
Máquinas e equipamentos	10%	2.577.061	(952.320)	1.624.741	1.609.639
Ferramentas leves	10%	8.755	(7.484)	1.271	1.420
Imobilizações em andamento		244.542	-	244.542	244.542
		6.645.581	(2.943.021)	3.702.560	3.952.126

Segue a movimentação dos imobilizado durante o exercício de 2012:

Conta	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012
Ferramentas	8.755	-	-	8.755
Máquinas e equipamentos	2.316.538	260.523	-	2.577.061
Instalações	465.545	-	-	465.545
Máq. Equip. Informática	630.288	80.962	-	711.250
Móveis e utensílios	889.768	130.903	(9.775)	1.010.897
Veículos	1.706.678	-	(79.147)	1.627.531
Imobilizações em andamento	244.542	-	-	244.542
Depreciação acumulada	(2.309.988)	714.038	(81.005)	(2.943.021)
Totais	3.952.126	472.388	88.922	3.702.560

Não existiam bens do ativo imobilizado dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil (a)	10.150.612	-	2.333.333	-
Banco Bradesco (b)	5.259.862	-	18.263.782	-
Bradesco Leasing (c)	302.383	312.962	469.869	657.729
	15.712.857	312.962	21.066.984	657.729

(a) Refere-se a capital de giro, captado em 01 de novembro de 2012 com taxas de juros 9,381% anual, vencer-se-á dentro 420 (quatrocentos e vinte) dias, pagará em única parcela em 16 de dezembro de 2013.
(b) Refere-se a capital de giro, captado em 20 de setembro de 2012 com taxas de juros 13,67% anual, vencer-se-á dentro 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, pagará uma parcela de R\$1.045,625 em 20 de agosto de 2013 e a última de R\$ 4.626.746 em 20 de setembro de 2013.
(c) Refere-se a Leasing/Finame, captado em 2010 com taxas médias de 15,48% anual, parcelas de entre 36 e 60.

Encargos Financeiros: Financiamento para capital de giro atualizado com taxa de mercado. As parcelas reconhecidas no circulante e não circulante estão devidamente corrigidas até a data do balanço, tendo vencimentos mensais. Finame: taxas de mercado, com amortização em 36, 60 e 120 parcelas.

14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2012	2011
Salário a pagar	2.068.031	2.777.272
Provisão de férias e seus encargos	4.649.521	4.621.343
Encargos sociais a recolher	931.791	1.214.346
Secenci a recolher	27.774	30.193
Parcelamentos(INSS/SES/SENAI)	348.909	250.877
Total	8.026.026	8.894.031

15 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2012	2011
ISSQN a recolher	90.877	79.089
IRRF – pessoas físicas	584.275	611.984
IRRF- pessoas jurídicas	12.704	14.024
ISS	162.938	194.550
IRPJ	-	948.315
ICMS	3.303	44.224
PIS	77.814	181.160
ICMS- parcelamento	-	9.917
COFINS	303.476	836.125
CSLL	-	144.082
PIS SOBRE NF	190.997	145.323
COFINS SOBRE NF	476.733	670.692
Outras	21.577	7.570
Total	1.924.694	3.887.055

16 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Refere-se basicamente a adiantamentos da VALE S/A por conta dos Contratos de Prestação de Serviços. Na medida da prestação de serviço/faturamento os valores são abatidos do adiantamento.

	2012	2011
Obra 05.206	24.213	5.446.685
Obra 03.209	14.228	1.169.227
Obra 03.211	-	3.708.987
Obra 05.220	4.252.037	5.776.775
Obra 03.226	6.136.479	-
Total	10.426.957	16.101.674

17 – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A Companhia possui processos trabalhistas e cíveis, os quais surgiram no curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas não constituiu provisão para cobrir as possíveis perdas das ações em curso. Demonstramos a seguir os montantes envolvidos e os respectivos graus de risco:

Grau de risco	Valor envolvido 31/12/2012
Possível	8.784.059
Remota	358.806

A Companhia depositou judicialmente valores para fazer face às contingências trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 1.003.237 em 31 de dezembro de 2012 e de R\$ 922.138 em 31 de dezembro de 2011.

18 CAPITAL SOCIAL

O capital social de R\$ 32.569.584 pertencente à acionista domiciliada no País, totalmente subscrito e integralizado está representado por 258.042 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 28 de dezembro de 2012 ocorreu a aprovação do aumento de capital social no montante de R\$ 12.000.000 (AFAC de 23/04/2012), conforme consta na Ata da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas.

a) Reserva de Lucros a disposição da AGO

O montante de lucro apurado no período, adicionados aos lucros acumulados de exercícios anteriores, terá sua destinação dada pela Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as demonstrações contábeis.

b) Remuneração aos acionistas

A Administração propõe dividendos que correspondem a 20% do lucro líquido do exercício, deduzido pela reserva legal, conforme determina o Estatuto Social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresentou prejuízo contábil de R\$ 5.111.388, sendo assim não está propondo dividendos.

19 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, entidades controladas em conjunto, controladas, coligadas, da administração e outras partes relacionadas.

Créditos com coligadas - Ativo	2012	2011
Telemont Engenharia (a)	176.829	3.618.515
DH Realizações Imobiliárias (b)	-	2.777.245
	176.829	6.395.760
Débitos com coligadas- Passivo		
Consórcio Tamasa/Dan Hebert	214.413	41.419
Dan Hebert Participações	2.631	-
Total	217.044	41.419

(a) Em 30 de dezembro de 2011 foi assinado com a Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A os termos de cessão de direitos das aeronaves, onde a Telemont assumiu todos os encargos decorrentes das operações bancárias relacionadas aos bens, até a sua total quitação. O valor foi recebido em 20 de março de 2012.

(b) Em 08 de agosto de 2011 foi assinado o instrumento particular de cessão de direitos e outras avenças sobre o investimento com a DH Realizações Imobiliárias S/A (antiga Casa Lote Incorporações S/A). Pelo referido instrumento, a DAN-HEBERT ENGENHARIA S/A, transfere todos os direitos e deveres a DH Realizações Imobiliárias S/A pelo valor de R\$ 2.777.245. Esse valor foi recebido em 23 de abril de 2012.

(c) Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pelos Diretores, Presidente, a remuneração paga aos Diretores no exercício de 2012 à título de remuneração sob a forma de pró-labore totalizaram R\$ 2.227.633.

20 - RECEITAS LÍQUIDA DE VENDAS

As receitas operacionais demonstram os valores faturados correspondentes às medições feitas dos serviços executados nas obras contratadas e as receitas decorrentes de venda de material aplicado e eventuais.

	2012	2011
Receita de serviços prestados	203.485.486	172.460.130
Receita de locação	127.000	-
(-) ISS	(7.644.173)	(5.328.641)
(-) Pis Sobre o faturamento	(1.650.062)	(1.120.991)
(-)Cofins sobre o faturamento	(5.785.996)	(5.164.670)
(-) Devoluções/descontos	(10.714)	(78.801)
Total	188.521.540	160.767.027

21 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2012	2011
Pessoal	62.630.933	50.695.035
Encargos Sociais	19.043.783	15.622.514
Administrativo	5.204.167	5.220.867
Custo direto do contrato	39.536.244	27.507.808
Serviços de terceiros	22.870.198	26.734.942
Veículos	6.167.841	5.039.179
Máquinas e equipamentos	23.112.859	16.247.834
Depreciações	511.197	430.023
Outros	110.835	204.358
Total	179.188.057	147.702.560

22 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Ajuste do valor justo	-	3.027.389
Ganho na venda imobilizado	1.721.728	192.911
Recuperação de despesas	88.949	49.785
Total	1.810.677	3.270.085

Conforme definido na Interpretação Técnica ICPC 10, a essência econômica do ajuste, no resultado, independe de se a propriedade é detida para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas. O ajuste, no resultado, da variação do valor justo entre períodos deve ser considerada quando da definição de seu registro. Dessa forma, a Companhia registrou o ajuste do valor justo no montante de R\$ 3.027.389 (Em 2010, R\$ 12.673.951), de suas propriedades para investimentos, tendo em vista que as referidas propriedades estão objetivamente vinculadas à operação da Companhia, conforme nota explicativa 12.

23 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Despesas com pessoal	5.438.954	4.603.596
Encargos sociais	1.485.172	1.280.162
Despesas com administração	1.142.229	1.340.889
Despesas com obras concluídas	555.309	687.581
Serviços de terceiros	1.477.852	2.352.566
Despesas com veículos e máquinas	770.442	3.932.168
Outras despesas	21.609	322.536
Total	10.891.567	14.519.498

24 – RESULTADO FINANCEIRO

	2012	2011
Juros passivos	(194.867)	(937.682)
Tarifas bancárias	(170.830)	(41.888)
Multas	(46.925)	(285)
Juros bancários	(3.345.141)	(3.081.490)
Outras despesas financeiras	(17.753)	(1.930)
Receita financeira	142.963	173.872
Total	3.632.553	3.889.405

25 - COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA

SERGIO ALEXANDRE LINDENBERG Diretor Presidente	GUTEMBERGUE NUNES PEREIRA Diretor Administrativo e Financeiro	JOSÉ GONÇALVES DA SILVA NETTO Diretor Técnico	CONTADORA ELIZABETE RODRIGUES DA SILVA CRC/DF 16243
--	---	---	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Dan Hebert Engenharia S/A.

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Dan Hebert Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e resultado abrangente e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva por limitação

Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, as contas a receber de clientes (circulante) no montante de R\$48.475 mil, dos quais R\$6.014 mil referem-se a créditos vencidos junto a entidades governamentais. A Administração da Companhia, com base em ações que vem implementando (cobranças judiciais e negociações), entende que a totalidade destes créditos é realizável, cuja realização depende do sucesso destas ações. Devido à natureza desses créditos, riscos que envolvem a sua realização e a ausência de mensuração do valor justo na data base de 31 de dezembro de 2012, não foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes nesses valores, naquela data.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.2, a Companhia possui registrado no ativo não circulante na rubrica de Investimentos o montante de R\$22.853 mil os quais, R\$17.501 estão representados por "propriedades para investimentos" advindos de mensuração do valor justo de terrenos com base na avaliação de avaliador independente, considerando a intenção da Companhia em manter tal investimento para valorização futura de capital, dos quais não foram constituídos tributos diferidos à época conforme Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 32, no montante de R\$5.950 mil. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo dos investimentos, nos montantes de R\$17.501 mil, bem como seus respectivos reflexos tributários advindos deste tema em 31 de dezembro de 2012.

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 (a), a Companhia firmou termo de cessão e direitos, no montante de R\$ 12.552 mil, com a Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A, cujos efeitos foram registrados expurgados das rubricas de empréstimos e financiamentos e em contrapartida do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da referida assunção era de R\$11.228 mil. Todavia, nossos exames indicaram que não houve a anuência formal da instituição financeira, no entanto, a Administração já formalizou o seu pedido de anuência formal, permanecendo no aguardo de sua manifestação. Devido a atual estágio da negociação em 31 de dezembro de 2012, não foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes nesses valores, naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto mencionado

no parágrafo "Base para opinião com ressalva por limitação", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Dan Hebert Engenharia S.A.** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Dan Hebert Engenharia S/A, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 07 de maio de 2012, contendo ressalva: quanto a não revisão dos investimentos da SPE Sertenge Dan Hebert, que trata da obra Centro Comercial 02 de julho em Salvador-BA, sendo a ressalva regularizada no exercício corrente e ênfase quanto a não realização de valores referentes à INSS a recuperar no montante de R\$495 mil.

Goiânia, 23 de abril de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1-S-DF

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3-S-DF

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 -S-DF